

- XLIX -

OPORTUNIDADES EDUCATIVAS EM CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Maria Cristina Borges da Silva

Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba – Brasil

mariacrisbs@gmail.com

Introdução

O texto é fruto de pesquisa que visa discutir o planejamento municipal e a correlação com as oportunidades educativas. A cidade de Curitiba capital do Paraná localizada no sul do Brasil, foi planejada para ser reconhecida como uma cidade, que não possui os problemas que afetam a maioria das metrópoles brasileiras. Tal representação social, foi construída a partir de um processo de gestão e planejamento que procurou construir uma visão de cidade “ambientalmente sustentável” e “socialmente justa”. Entretanto, o planejamento tão divulgado em âmbito nacional e internacional, não incorporou àquele destinado à população de baixa renda, que foi excluída da “cidade modelo”, da “cidade espetáculo”.

Curitiba e sua Região Metropolitana, nas últimas 5 décadas, excluiu grande parcela da população, à medida que proporcionou a segregação espacial de parte dos habitantes. A ação seletiva do Estado, a desigualdade dos investimentos, a falta de oportunidades habitacionais e educacionais, destinadas à população de baixa renda, contribuiu para a produção de uma cidade e uma região metropolitana bastante desigual. As ações de planejamento e a gestão dos territórios, ao invés de combater o problema da desigualdade social e educacional, vem favorecendo especialmente, a população de maior renda. A gestão, o planejamento e a falta de integração entre as regionais de Curitiba, e desta com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, potencializou desigualdades socioeconômicas, exclusão social e educacional. O objetivo do texto é discutir oportunidades educativas em áreas segregadas socioespacialmente da cidade de Curitiba e de municípios da Região Metropolitana.

Segregação Socioespacial

A segregação socioespacial não é fenômeno contemporâneo, embora tenha se intensificado a partir de vários processos de ordenamento territorial ocorrido nas últimas décadas no Brasil. Perpassa pelo acesso às infraestruturas, à educação, saúde, saneamento, disponibilidade de postos de trabalho, mobilidade nos deslocamentos, conservação dos ambientes naturais, entre outros.

A forma mais tradicional da segregação socioespacial foi a oposição centro x periferia. Entretanto, o conceito de centro tradicional, já não mais corresponde às áreas centrais das cidades, pois estas também se marginalizaram com o passar dos tempos, e sim, áreas e ou regiões “nobres” das cidades reservadas às elites. Para os desfavorecidos economicamente, sobram as áreas periféricas dos municípios. No geral, a população trabalhadora vive em locais onde há deficiência de equipamentos públicos e infraestruturas básicas para uma vida digna, o que contrasta com locais onde vivem as camadas privilegiadas da sociedade, nas quais se concentram melhores comércios e serviços públicos, entre eles, os educacionais. É importante compreender que espaços segregados, muitas vezes, são também, locais alijados de atendimento à legislação, de condições sanitárias, de acesso a alimentação e transportes seguros e/ou adequados, e muitas vezes, são locais de ocupações irregulares, onde a comunidade, por sua distância física e social da cidade "legal" é invisível. Para Maricato (2003), na maior parte dos municípios brasileiros as políticas públicas de ordenamento espacial possuem características segregadoras, que planeja e funcionaliza apenas as áreas urbanas da cidade "legal". Porém, propicia e aceita o desenvolvimento de áreas "ilegais", mas a despreza, é como se inexistisse para o planejamento oficial. Para a autora, nestas áreas, o acesso aos serviços e infraestruturas, são precários. Há poucos empregos formais, poucas oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência, discriminação racial, “discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável”. (MARICATO, 2003, p.152). Todos esses aspectos podem se relacionar intimamente com a qualidade e ofertas de oportunidades educacionais.

Deste modo, refletir sobre a segregação socioespacial de Curitiba, (vista como cidade modelo também nos aspectos educacionais) e da Região Metropolitana e nas oportunidades educacionais na educação básica, ofertadas pelo estado e municípios, se faz cada vez mais urgente e necessário, uma vez que, a falta de oportunidade em todos os tipos e modalidades educativas podem contribuir para o aumento significativo das desigualdades em variadas escalas. Afinal, “a representação da ‘cidade’ é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo”. Por conseguinte, “a cidade da elite representa e encobre a cidade real” (MARICATO, 2001, p.165).

Segregação socioespacial em Curitiba e na RMC e as oportunidades educacionais

Durante cinquenta anos criando representações sociais sobre a excelência do planejamento e da gestão urbana, pouco se tem preocupado com a população desvalida, o que, ao longo do tempo forjou variadas e graves carências. Ao comparar os índices de riqueza de algumas regionais e bairros de Curitiba, com alguns bairros periféricos de regionais, localizadas ao sul e leste da cidade, e a realidade de alguns municípios vizinhos da RMC, as desigualdades são ainda mais acirradas. Entretanto, é a população mais

favorecida, que continua tendo acesso as benesses da cidade, entre estas estão a qualidade e oportunidades educacionais.

Compreender que a segregação socioespacial, produz falta de qualidade e oportunidades educacionais, é compreender a falta de respeito aos Direitos Humanos, a Diversidade Cultural e a Inclusão Social. Para Bruel et al (2014, p.326) “as desigualdades escolares observadas no município de Curitiba estão associadas à segregação residencial”. Assim, os baixos índices conquistados nas avaliações externas, os baixos níveis de escolaridades, a evasão escolar, distorção série-idade, entre outros, não podem ser analisados de forma isolada, pois são constituídas por um conjunto de fatores. Sendo necessário, considerar os fatores intra e extraescolares como: as condições socioespaciais em que vivem as famílias, os deslocamentos nos trajetos casa escola, as atividades vivenciadas fora da escola, as expectativas dos estudantes e das famílias. Outros aspectos analisados para o desempenho escolar são o nível socioeconômico das famílias em determinadas unidades espaciais. Na análise do nível socioeconômico – NSE das famílias Bruel et al (2014), consideram que “quanto maior o nível socioeconômico, menor é o percentual de estudantes com desempenho inadequado”. Por outro lado, “o sentido negativo da correlação indica que, enquanto uma das variáveis aumenta (NSE), a outra tende a ser reduzida (percentual de estudantes com desempenho nos níveis básico e abaixo do básico). (BRUEL et al, 2014, p.318.).

Cabe então, considerar as características do entorno social que vão criando um cenário com maiores ou menores positividade na trajetória escolar. Entretanto, mesmo considerando que a trajetória escolar não se limita somente as questões relacionadas a segregação socioespaciais, é preciso analisar o entorno das escolas para compreender melhor as desigualdades, e as oportunidades educacionais que são ofertadas às famílias, e que servem ou não de estímulos para a continuidade ou desistência dos interesses educativos.

Considerações Finais

Refletir sobre as questões de segregação socioespaciais na educação é também pensar na cultura, nas desigualdades educacionais, pois o ordenamento territorial pode refletir as condições de segregação social e espacial e oportunidades educacionais. É entender que, os moradores, são de fato, os municípios, as metrópoles, as regiões, os estados, o país. Conseqüentemente, é fundamental refletir sobre a gestão e o planejamento dos bairros, dos municípios, das regiões, e a gestão da educação, das escolas, dos currículos, para que seja possível garantir oportunidades educacionais, em todos os níveis e modalidades de educação, que efetive os direitos humanos, a diversidade e a inclusão em suas concepções mais amplas, em todos os espaços físicos e sociais dos municípios, nas áreas urbanas, no campo, nas áreas nobres e nas periferias.

Referências

BRUEL, Ana Lorena, ASSUNÇÃO, Heracto Kuzycz, BALISKI, Patrícia, TAVARES, Tais Moura. Organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da Região Metropolitana de Curitiba. In: FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa. Curitiba: transformações na ordem urbana. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: 2014.p. 305-337.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. In: Estudos Avançados, 2003, p. 151- 167.
Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928/11500>